

Mulher e Violência Doméstica: uma proposta de análise narrativa¹

Claudia Domingues²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Esta comunicação tem por objetivo apresentar uma reflexão crítica sobre a problemática da violência doméstica no Brasil e suas consequências sobre o cotidiano feminino. O progresso alcançado pelas mulheres em sua luta contra a opressão e o sexismo nos últimos séculos foi um marco para a história da humanidade. A Lei Maria da Penha, no Brasil, foi considerada um avanço social como instrumento de luta contra as diversas formas de violências dentro do espaço privado. No entanto, ainda assistimos em pleno século XXI a ferocidade da violência doméstica. No presente trabalho, optamos pela análise de exemplos de narrativas e relatos para entender como as mulheres que vivem ou viveram em situação de violência doméstica têm buscado novas alternativas e possibilidades na atualidade para lidar com o conflito.

Palavras-chave

violência doméstica; Lei Maria da Penha; gênero; feminino; narrativas.

Introdução

“Elas não têm gosto ou vontade
Nem defeito, nem qualidade
Têm medo apenas
Não tem sonhos, só tem presságios
O seu homem, mares, naufrágios
Lindas sirenas, morenas”. (*Mulheres de
Atenas – Chico Buarque de Hollanda*)

Durante meu percurso como funcionária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, me defrontei com situações que me levaram a refletir sobre as relações constituídas entre a Justiça e sociedade. Durante muitos anos atuando como Oficial de

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para Cidadania, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Pesquisa e Clínica pelo Programa de Pós-Graduação em Psicanálise do Instituto de Psicologia da UERJ. Com formação em Psicanálise pelo Instituto de Clínica Psicanalítica - ICP/EBP- RJ. Graduada em Psicologia e Direito. Pós-Graduada em Direito. Professora da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (ESAJ). claudiadomingues@superig.com.br

Justiça e executando mandados em diversas localidades da Cidade do Rio de Janeiro e também no campo da violência doméstica contra mulher, me deparei com inúmeros embates e diversos conflitos, onde a mulher, o preconceito e a fragilidade social do gênero feminino se fazem presentes.

A partir da minha experiência e dos questionamentos em relação às demandas vivenciadas, aliada também à minha formação em Psicologia e Psicanálise, me convenci da necessidade de abordar a questão da violência doméstica sofrida pela mulher. Sendo esse tipo de brutalidade dentro do espaço familiar uma das formas mais cruéis e complexas de violência; na medida em que se trata de uma agressividade que traz em seu cerne uma enorme carga de afetividade.

Assim, o objetivo deste trabalho é de identificar as novas formas discursivas utilizadas na atualidade em relação a esta problemática, bem como buscar as narrativas e artifícios utilizados pelas mulheres na atualidade para lidar com este fenômeno, que ainda no século XXI assola a nossa sociedade. Desta forma, algumas perguntas são de extrema importância, como por exemplo: quais são as estratégias que as mulheres têm se apropriado para reinventarem um modo diferente de lidar com a violência doméstica? O artifício da violência pode ser considerado como um modo cruel e mortífero que o indivíduo faz uso para atenuar o mal-estar na contemporaneidade?

1- A disciplina dos corpos no espaço privado

Historicamente, a sociedade humana sempre foi atravessada pela violência de várias naturezas, desde o desentendimento interpessoal até as guerras entre países e nações. Por outro lado, todavia, estratégias de controle e resolução desses conflitos eram elaboradas e aprimoradas, no afã de estabelecer a harmonia social. Normas de controle eram impostas, visando uma disciplina do corpo e da mente, onde as penas e os suplícios faziam parte das rotinas dos sociais.

Foucault (2011) expõe que durante anos, principalmente, antes do século XVIII era comum o “corpo suplicado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo” (ibid., 2011, p.13). Também era comum o uso de fogueiras, lugar onde queimavam vivas muitas mulheres, principalmente aquelas que ameaçavam a ordem estabelecida.

A Revolução Francesa inspirada nos ideais do iluminismo começou no século XVIII dando início ao movimento revolucionário global. Esse movimento foi decisivo para o fim do absolutismo e dos privilégios da nobreza, gerando para o povo direitos e garantias sociais. Neste período, a infância passa a ser valorizada, a criança começa a receber uma educação intelectual e disciplinadora, baseada nos valores e na moral, deixando, desta forma, de serem tratadas do mesmo modo que os adultos. Esse modelo foi aplicado em escolas católicas, protestantes e leigas, sob uma ordem de punição, disciplina e vigilância.

Em meados do século XVIII, o corpo ascende a uma posição central, quando um conjunto de regulamentos de ordem militar são estabelecidos para servirem como uma forma de controle e adestramento. Foucault (2011) aponta que durante a época clássica, o corpo se apresentava como manipulável, sendo considerado objeto e alvo de poder. O objetivo desta teoria geral do adestramento era consagrar a noção de “docilidade”, isto é, a manipulação do comportamento em um corpo submetido, o qual podia ser transformado e moldado.

“A modalidade, enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”.” (FOUCAULT, 2011, p. 133).

Os ideais de “docilidade” inicialmente se apresentaram nos colégios, nas escolas primárias e depois circularam dos exércitos para as escolas técnicas e liceus, de forma a servir o modelo industrial e as aspirações capitalistas da época. Essa invenção discursiva, sem muita dificuldade, se fez presente na educação cristã e em todas as esferas pedagógicas, inclusive no seio familiar principalmente em relação à mulher.

Era preciso um espaço, um local para fazer valer a disciplina, um ambiente fechado para aplicá-la, quando houve uma irrupção de asilos para os loucos, quartéis para os soldados e colégios internos para as crianças e jovens, onde enclausurados eram submetidos a métodos e técnicas educativas. O modelo do convento se tornou ideal para a educação e disciplina e se estabeleceu como obrigatório para satisfazer o discurso da vigilância e punição.

Desta forma, a nova regra exigia que o indivíduo buscasse a distância do outro, se isolasse e que se posicionasse em uma fila. Uma nova ordem se apresentava para demarcar o espaço entre os indivíduos, a ordem era manter-se em fila. “A disciplina, arte de dispor em fila, e de técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (Ibid., p. 141).

Nesta nova ordem discursiva, os alunos eram divididos em classes que competiam entre si, como num campo de batalha, de maneira a se ordenarem por fileiras sob o olhar do mestre. A organização no século XVIII se definia por fileiras, nas salas, nos pátios, nos dormitórios, onde cada indivíduo ocupava um espaço de alinhamento obrigatório, em analogia à idade, à disciplina, à hierarquia do saber, etc..

Em paralelo, a história da humanidade e suas instituições foram atravessadas por inúmeras formas discursivas, tanto no âmbito da sexualidade como na esfera sociopolítica. Assim, sistemas de exclusão foram criados e recriados, baseados em normas de controle, que acabaram por atingir o discurso, como a palavra proibida (sexualidade), a segregação da loucura e a incessante busca pela verdade. A história nos consagrou com inúmeros deslocamentos discursivos ao longo dos tempos em busca e em nome da verdade.

“Ora essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: e ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto de conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios de hoje” (FOUCAULT, 1996, p. 17)

2- Novas possibilidades e identidades para o feminino

Já no final do século XX observava-se o triunfo do indivíduo sobre o social, isto é a preeminência do “eu” em relação ao “nós”. O modelo capitalista avançava de forma cruel e descomedida sobre a sociedade, que sofreu suas consequências dando início ao clima de instabilidade e desarmonia. O indivíduo, que outrora se apoiava na comunidade passou a ser o centro das atenções nessa nova tessitura social e os interesses particulares triunfaram sobre o todo.

A família que por muito tempo esteve invisível e fora do espaço regulatório do Estado começou a perder seus referenciais orientadores de conduta, quando os laços

familiares e comunitários também se enfraqueceram. O choque geracional se manifestou e se mostrou colocando em jogo todas as “verdades” e “valores” antes anunciados.

Esta nova organização social, os novos arranjos familiares, as novas formas de produção e consumo e os meios de comunicação de massa deixaram a família cada vez mais revelada. A violência e a disciplina empregadas na educação, que antes acontecia de forma privada, se desvelam principalmente em relação à filha e a esposa. As punições que antes eram expostas a céu aberto vão desaparecendo, mas as ocorridas dentro do convívio familiar estavam protegidas portas adentro.

Com a chegada do século XX, grandes avanços libertários em relação à mulher começam a florescer, principalmente a partir da década de 1960, um deles é o surgimento da pílula anticoncepcional que desvincula o sexo da procriação, quando a mulher consegue ter o poder de regular seu próprio corpo em relação à reprodução. No entanto, a violência contra a mulher foi por longo tempo naturalizada, em especial a que ocorria dentro do espaço doméstico e afetivo, isto é, no ambiente onde ela deveria se sentir mais protegida e acolhida.

A partir da década de 1970, principalmente com a eclosão de movimentos feministas em vários países ocidentalizados, a família e suas violências internas começaram a ser discutidas na esfera pública. Hall (2001) aponta o avanço do movimento social feminista como “um grande marco da modernidade tardia”. (Ibid., p. 44). Esses movimentos, principalmente o feminista se colocava questionando a distinção entre o espaço público e privado.

O impacto do movimento feminista como movimento social fomentou uma crítica aos paradigmas conceituais de sujeito, quando colocou como pauta de contestação a família, a sexualidade, o trabalho doméstico e a divisão de tarefas entre homens e mulheres. Desta forma, politizando as relações estabelecidas na família e abrindo espaço para o surgimento de novas identidades sexuais e de gênero.

O movimento feminista deu ensejo a novas garantias de proteção às mulheres tanto em família quanto em sociedade trazendo em sua essência questionamentos em relação à desigualdade e à diferença sexual. A violência de gênero começou a ser criminalizada pela esfera judicial e o sexismo foi combatido duramente pelos movimentos sociais feministas. Assim, a organização doméstica e familiar se transforma, no momento em que as mulheres conquistam o direito ao trabalho e a posição de chefe da família.

Hall (2001) afirma que as “identidades na modernidade foram sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas”. Um novo modo indenitário se instituiu em relação à mulher gerando novos conceitos e possibilidades. Importantes conceitos como o de gênero, sexualidade, raça e outros se afirmaram. E os papéis e identidades antes inertes começaram a se dilacerar com maior velocidade.

Os sistemas de gênero que historicamente e discursivamente enquadraram homens e mulheres em categorias distintas, no qual ao homem era fornecido o mundo produtivo e a mulher o papel da reprodução e da organização do lar começaram a ruir. Conforme Hall (2001) o sujeito moderno tem se deslocado de seus papéis com extrema rapidez, principalmente seguindo as mudanças nas áreas da tecnologia e da informação. Este processo produziu o “sujeito pós-moderno”, que se apresenta não possuindo uma identidade fixa ou permanente.

“Argumenta-se, entretanto que são exatamente essas coisas que agora estão “mudando”. O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva como as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como o resultado de mudanças estruturais e institucionais” (HALL, 2001, p. 12)

Com advento da globalização e a aceleração dos meios de comunicação, as relações antes consideradas estáveis se desfragmentaram com maior facilidade, pois ocorreram transformações no tempo e no espaço produzindo a alteridade e a diferença entre os sujeitos. Na atualidade a “classe” não serve mais como um único dispositivo discursivo para as categorias, agora os sujeitos precisam ser repensados de diferentes formas, como por exemplo, a mulher.

Hoje, a mulher transita por diversos espaços e está presente em diversas esferas, exercendo várias funções, uma vez que está regendo a família, está presente na política e em vários outros segmentos sociais. Conforme expõe a revista britânica *The Economist*³, as mulheres são responsáveis pelo principal fator de crescimento econômico mundial nas duas

³ Fonte: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/mulheres-sao-a-forca-da-economia-do-planeta-1.506398>

últimas décadas. O sexo feminino responde por 40% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial — sendo elas consideradas a mola-mestra da economia global.

HALL (2001) salienta que conceituar o sujeito moderno ficou extremamente difícil, pois ele está fragmentado, descentrado e deslocado. As novas formas discursivas são múltiplas, em razão de uma gama de informações resultantes do processo de globalização. Esse processo também produziu uma ascensão da mulher na escala social, já que hoje ela passa do status de ser falada para o de falante.

Fato que aconteceu recentemente na história do Brasil, quando Maria da Penha Fernandes, farmacêutica bioquímica, que deu nome à Lei nº 11.340/2006, possibilitando uma nova história para as mulheres. A Lei Maria da Penha, além de representar um grande avanço e marco para os movimentos feministas, também reconheceu as mazelas sociais que a nossa sociedade enfrenta principalmente em relação às categorias de gênero.

A música “Maria, Maria” de autoria de Milton Nascimento se tornou um hino na luta contra a violência doméstica. Ela retrata poeticamente o sofrimento e a dor de milhares de “Marias” pelo nosso país que sofreram ou sofrem as agruras da violência doméstica.

Maria, Maria,
É um dom,
Uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer
Do planeta
Maria, Maria,
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta
Mas é preciso ter força,
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria,
Mistura a dor e a alegria
Mas é preciso ter manha,
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida.
(Maria, Maria – Milton Nascimento)

A luta de Maria da Penha Fernandes possibilitou a condenação, pela justiça, do seu ex-marido, em razão de ter sofrido inúmeras agressões e duas tentativas de homicídio (um tiro de espingarda disparado pelo economista e professor universitário Marco Antônio Heredia Viveros a deixou parálitica em maio de 1983). No entanto, relatos de agressões, como estes sofridos por Maria da Penha, ainda são comuns no cotidiano de muitas mulheres no Brasil. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, a cada ano mais de 1 milhão de mulheres são vítimas de violência doméstica no Brasil.

Distribuição das pessoas que foram vítimas de agressão física, por sexo, segundo local da agressão Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

Local da agressão	Norte		Nordeste		Sudeste	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Própria residência	11,2	43,4	12,9	47,0	10,9	40,6
Residência de terceiros	4,9	9,9	3,8	5,6	3,3	6,0
Estabelecimento comercial	8,6	2,9	9,8	3,0	11,7	4,0
Via pública	62,2	37,0	58,1	36,6	57,1	37,1
Em estabelecimento de ensino	5,4	3,9	8,6	4,6	10,5	8,5
Transporte coletivo	1,1	1,1	1,0	1,4	1,4	1,4
Ginásio ou estádios esportivos	2,0	0,0	1,2	0,2	1,1	0,3
Outro	4,6	1,9	4,6	1,7	4,0	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em 1.000 pessoas)	145	92	478	334	506	437

(DIEESE/SPM-PR, 2011)

3- Eu conto a minha própria história

Chartier (1994) observa que as instituições correspondem ao gênero das narrativas históricas e buscam elaborar um discurso conforme seu contexto. Elas visam representar as condutas sociais estabelecidas entre seus membros, mas por outro lado, as instituições tornam presente aquilo que estava ausente de forma a construir uma memória. Isto é, as instituições fazem parte de “um discurso que aciona construções, composições e figuras que

⁴ Pesquisa do IBGE, disponível no Anuário das Mulheres realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

são as mesmas da escrita narrativa, portanto da ficção, mas é um discurso que, ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados ‘científicos’” (Ibid., p.111).

Assim, uma apreensão oportuna da questão exigiria uma análise apropriada às práticas e modos discursivos que mediam os conflitos na atualidade dentro do seio familiar em relação à mulher. Do mesmo modo que seria pertinente avaliar o efeito dos dispositivos legais vigentes no Brasil, como também a eficácia dos serviços de atenção oferecidos para a mulher, principalmente, para aquelas que habitam em comunidades carentes do Poder público estatal. Uma maneira de alcançar tal objetivo seria a entrevista de mulheres que residem nestas localidades para analisar, através de suas narrativas, como elas têm enfrentado a questão da violência doméstica na atualidade.

A abordagem seria de grande valia para a compreensão desses conflitos e para a reflexão e elaboração de novas estratégias para auxiliar a sociedade em geral na compreensão do fenômeno da violência doméstica, uma vez que o “*socius*” deve descobrir novas formas de relacionamento humano para lidar com os impasses vivenciados na atualidade em sociedade.

De fato, não há dúvida que a introdução da comunicação e da linguagem dá início historicamente aos métodos de solução e resolução de conflitos, pois diferentes formas de negociação e de controvérsias são conhecidas e utilizadas desde sempre. O que resta compreender é como as mulheres que vivem ou viveram em situação de violência doméstica têm buscado novas alternativas e possibilidades na atualidade para lidar com o fato.

Freud produziu a sua época um dos maiores “descentramentos” no pensamento ocidental com a descoberta do inconsciente, principalmente em relação à sexualidade feminina. Através de sua escuta buscou um diagnóstico diferencial entre histeria e loucura. Neste percurso, ele elaborou conceitos importantes para a construção de sua teoria, como libido, inconsciente, recalque, complexo de Édipo, feminilidade e outros.

Conforme desenvolvimentos anteriores, observamos que a ciência do século XIX se preocupava cada vez mais com a questão da sexualidade, uma vez que visualizava uma determinação primordial na vida humana. Freud demonstrou que a sexualidade é uma construção mental, sendo este o ponto sobre o qual construiu a base de sua teoria. Em sua clínica, Freud constatou que o trauma das histéricas não era de ordem física, por isso apontou a necessidade de ouvir da paciente sua história pessoal e suas narrativas, pois foi a

através da fala das suas pacientes que ele se viu diante do enigma sobre a mulher e o feminino. (Domingues, 2013)

Assim, seguindo os passos de Freud, acreditamos que seria indispensável ouvir as mulheres, principalmente as que se encontram em comunidades menos favorecidas economicamente, para então, a partir de suas narrativas, verificar como elas enfrentam a violência doméstica e que estratégias utilizam para se protegerem dentro desses espaços de convivência, onde outros códigos de condutas se fazem presentes. Através dos depoimentos e fatos narrados, pode-se verificar se a Lei Maria da Penha tem cumprido seu papel de amparo social e jurisdicional. Também seria oportuno investigar qual tipo de violência está canalizada na violência doméstica contra a mulher e examinar as mudanças ocorridas, em relação aos contextos históricos, econômicos e culturais no Brasil.

Muniz Sodré (2009) ressalta que, ao longo da história, a palavra teve vários significados e construções, sendo ela considerada como “visão de mundo”. “Do ponto de vista da teoria da linguagem, entretanto, o mundo não é dado *a priori*, e sim algo que se constrói (*um constructum*) a partir da experiência lingüística da realidade.” (IBID, p. 97). Portanto, a narrativa fala do mundo através de uma sucessão seletiva de fatos relativos à experiência do sujeito narrador. Elas não replicam a realidade, mas oferecem representações e interpretações do real. As narrativas não entram no registro da comprovação ou da veracidade, mas sim da expressão de um ponto de vista sobre o mundo e o momento histórico no qual se inserem (Jovchelovitch e Bauer, 2002).

Assim, no afã de ilustrar essas premissas, trazemos aqui a fala de algumas personagens – protagonistas da luta feminina na dureza do cotidiano. A primeira é uma líder comunitária do Morro da Mangueira que relata fragmentos de histórias de mulheres da comunidade e a sua própria história de vida. A segunda é uma Oficiala de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que relata seu cotidiano no cumprimento de mandados judiciais na área da violência doméstica. Ela intitulou seu depoimento de “Moça anônima do Andaraí”.

A líder comunitária:

“Dependendo da família que era, as mulheres que era [sic], muitas por depender diretamente do homem, se submetia [sic] aos caprichos deles. Ah, tipo ao ponto de eu já ouvir histórias de mulheres assim: o cara queria comer um arroz, feijão e um bife, um exemplo. Aí não tinha o bife, o muquirana [sic] não comprou o bife, mas queria comer, aí a mulher fritava

um ovo ou fazia qualquer coisa, aí ganhava porrada [sic] porque não foi aquela comida que ele pediu, que ele queria comer, alguma coisa assim”.⁵

“[...] De não fazer uma comida, de não passar uma roupa, de não dormir junto, se dormir é como não tivesse dormindo, tipo, botar um lençol para cada um se cobrir. Hoje em dia, de um tempo pra cá, as mulheres tão [sic] mais soltas, eu acho que elas tão [sic] com menos medo. Porque antigamente, a mulher foi criada pra ser esposa e mãe. Hoje, elas descobriram que elas podem ser esposa, mãe e mulher. Antigamente, elas anulavam esses lado mulher delas, elas se sentiam felizes se a casa tivesse bem limpa, se tivesse uma televisão... O marido podia ser um fdp [sic], mas que não transparecesse para as amigas. Meu marido é bom, faz isso, faz aquilo. Hoje em dia não, hoje em dia elas descobriram que elas podem trabalhar, aquilo tudo que o marido dava antigamente, elas podem ter. Então, hoje em dias, as mulheres estão mais corajosas, a verdade é essa”.⁶

A oficiala de Justiça:

“Sou Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e hoje, no Dia Internacional da Mulher, fui cumprir um Mandado de "Urgência" de Afastamento do Lar de um marido que vinha espancando a mulher. "Urgência" está entre aspas porque o Registro de Ocorrência feito pela mulher foi em outubro de 2013 e ontem, 5 meses depois, peguei essa "urgência" no meu plantão.

Quando pegamos esse tipo de mandado temos que ir ao local no dia seguinte impreterivelmente, faça sol ou chuva. E assim fui. A mulher, que não deve ter mais de 30 anos, mas aparenta bem mais, mora numa rua do Andaraí, que só posso descrever como uma "cabeça de porco". Pra quem nunca ouviu esse termo, estou falando de uma rua com casebres e barracos amontoados um sobre os outros, e que você só descobre qual é a casa da pessoa em questão, com a boa vontade de vizinhos, quando algum deles conhece a pessoa pelo nome, porque numeração nas casas é um artigo raro.

Depois de percorrer a tal rua e seus becos de casas amontoadas, finalmente cheguei a casa em questão: um barraco de um cômodo só, onde dormia no chão, a mulher e duas crianças. Quando expliquei o motivo da minha "visita", ela começou a chorar e me explicou o motivo do choro: há meses aguarda que a "Justiça" chegue à sua casa, à sua vida. Disse que foi um belo presente pelo Dia da Mulher, pois não foi esquecida, apesar da demora.

O marido saiu de casa nesse meio tempo, e está morando num outro município, mas aparece de vez em quando para infernizar a vida dela e ameaçá-la. Ficou de providenciar o endereço novo dele para que ele possa ser devidamente intimado das medidas protetivas. Mas só o fato de poder mostrar para ele as cópias da ação, caso ele volte para perturbá-la, já faz com que ela se sinta mais segura, amparada pela Justiça...

A gratidão dessa mulher, o choro de alegria, o local e as condições de sua moradia não me saíram da cabeça. Suas palavras e sua alegria me comoveram porque ela ficou feliz apenas por não ter sido esquecida. No

⁵ NEUSTADT, Mônica Nunes. Trecho da entrevista de Kely Louzada, realizada em setembro de 2013, retirada da Dissertação de Mestrado da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pag. 38.

⁶ Idem.

meu trabalho tive a oportunidade de entrar em casas, das mais miseráveis, até as mais luxuosas.

Pode haver muito sofrimento, desde as mais pobres até as mais favorecidas, mas não posso negar que é bem diferente sofrer tendo um bom advogado pra correr atrás por você ou ficar doente tendo um bom plano de saúde, do que sofrer esperando pela gratuidade da Justiça ou nos hospitais públicos, locais onde estão os melhores profissionais, com certeza, mas que nada podem fazer para abreviar esse sofrimento, porque eles têm centenas de casos antes do seu para dar conta.

Feliz Dia pra você hoje, moça anônima do Andaraí. Gostaria de lhe dizer que todos os seus dias, daqui pra frente, serão muito bons, mas a quem enganaríamos? Mas HOJE você estava feliz sem perceber que me fez um pouquinho mais triste...”

08 de março de 2014.

Conclusão

É preciso encarcerar o discurso histórico do senso comum sobre a violência doméstica que banaliza a selvageria física e psicológica à qual muitas mulheres são submetidas. Não há mais espaço para “Ela apanha porque gosta”, é urgente estabelecer propostas públicas e sociais de cunho educativo e transformador para uma nova abordagem sobre o gênero. Alternativas devem ser propostas em todas as esferas sociais no sentido de buscar soluções eficazes em relação ao tema extremamente delicado, dramático e vergonhoso para nossa sociedade.

O contemporâneo apresenta uma época marcada pelo sentimento de desamparo, de desorientação e insegurança generalizadas. Uma época norteadas pelos imperativos do supereu, momento no qual favorece a produção de novos sintomas para os sujeitos. Ainda mais porque, se considerarmos o contexto da globalização e da supermediatização que entorpece a sociedade, todos se tornam adictos ao consumo e a violência.

Razão pela qual os sujeitos ficam à mercê de uma sociedade cada vez mais fragilizada e carente de laços afetivos. Um quadro social mortífero, onde fica extremamente difícil fazer o sujeito se comprometer com sua própria divisão subjetiva e passar a fazer da linguagem seu instrumento de gozo em vez da brutalidade, agressividade física e/ou psicológica.

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger (1994). “**A história hoje: dúvidas, desafios, propostas**”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 97-113. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAaZaEAF/historia-hoje-roger-chartier?part=3>. Acesso: 07/07/2014.

DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC. **A Lei Maria da Penha: uma análise sociojurídica da violência doméstica no Brasil**. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=73>. Acesso: 02/07/2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Anuário das Mulheres Brasileiras**. São Paulo, 2011.

DOMINGUES, Claudia. **A histeria tóxica: Libido e fármaco**. Berlim: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

FOUCAULT, Michel. 1971. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FREUD, Sigmund. (1930[1929]). “**Mal- Estar na Civilização**”. Em: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: ESB, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUND, Julien. **Sociología del conflicto**. Ministerio del Defensa, Secretaria General Técnica, Madrid: Ediciones Ejército, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, W. M. (2002). **Entrevista Narrativa**. In: Bauer, W. Martin e Gaskell, G. (Orgs.). Pesquisa qualitativa com texto imagem e som. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, p. 90-113.

NEUSTADT, Mônica Nunes. **Tantas histórias, tantas lembranças: o cotidiano dos idosos na Candelária, Morro da Mangueira**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

SAMPAIO, Lia Castaldi; NETO, Adolfo Braga. **O que é Mediação de Conflitos?** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2009.